

REDE BRASIL DE SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA – POR UMA GLOBALIZAÇÃO SOLIDÁRIA

Janete Jacques da Costa¹

Introdução:

O presente trabalho tem como objeto de investigação uma rede de solidariedade que reúne pequenas empresas em sistema de cooperativismo autogestionário, através da Internet.

Esse movimento social em rede, denominado “Rede Brasil de Sócioeconomia Solidária”, promete ser uma alternativa de emprego e renda para trabalhadores fadados ao desemprego estrutural, devido às freqüentes reestruturações produtivas, como a mais recente, conhecida por pós-fordismo. Erroneamente denominados “excluídos”, na verdade esses trabalhadores sobrevivem, principalmente em nossas metrópoles, porém enfrentando precárias condições de trabalho, ou vivendo de ocupações temporárias, os chamados “bicos”.

O diferencial é o fato de que esses trabalhadores fazem outro uso da mesma tecnologia que “exclui”, a Internet, para interligar seus empreendimentos, conseguir divulgar suas feiras de trocas, receber auxílio das mais diversas instituições do Brasil e do mundo, especialmente Universidades, ONGs, e pastorais de Sociais de Igrejas.

Questões de metodologia:

A definição de rede adotada no trabalho foi a apresentada no V ANPUR, no trabalho de Rainer Randolph (1994). O autor defende que o tradicional conceito de rede não traduz a complexidade das novas “redes de solidariedade”. Tomando por base a teoria de Habermas, afirma que poderíamos aplicar o termo rede para fenômenos de natureza social (redes familiares, redes de vizinhos, redes sociais,

¹ Universidade de São Paulo – Departamento de Geografia. sociolurb@yahoo.com.br

etc...), mas não com o mesmo sentido do conceito de sistema, pois possuem características distintas.

Nas redes sociais, a “racionalidade comunicativa” seria o princípio básico para a integração social dos membros da rede e suas práticas de intercâmbio, sendo a principal distinção entre essas e as redes tradicionais, as esferas de domínio, segundo o autor.

As novas redes “caracterizam-se pela existência de relações completas e recíprocas, de caráter mais cooperativo que competitivo, com estabilidade relativamente alta entre empresas que são juridicamente independentes umas das outras, mas, em geral, dependentes economicamente de uma empresa focal que lidera o processo de elaboração das estratégias. Elas tendem a deslocar fronteiras sociais entre o mundo sistêmico e o quadro institucional” (RANDOLPH,1994).

Defendem a volta de valores como a solidariedade, buscando o bem estar social que, antes da adoção do modelo neoliberal, costumava ser função do poder público. Hoje, essas redes são ligadas a movimentos sociais, igrejas e grupos de interesse específico.

A técnica surge com o objetivo de satisfazer as necessidades humanas, segundo Ortega y Gasset, transformando a natureza, ou mesmo criando algo que nunca existiu(p.12;1991).

Isso ocorre porque, para o homem, diferentemente do que acontece com outros animais, não basta o simples fato de existir, mas o existir com bem estar. Com isso, o supérfluo torna-se necessário, pois o sujeito não se adapta ao meio e sim, adapta o meio ao sujeito.

O ato de modificar ou reformar a circunstância, ou, a natureza, são os chamados atos técnicos, específicos. O conjunto desses atos é a técnica.

Para Ortega y Gasset, o conceito de progresso técnico não é válido, pois, técnicas descobertas significam desaparecimentos, retrocessos e perdas.

Em seu livro, A Natureza do Espaço (p.38, 2002), Milton Santos nos chama a atenção para as diferentes abordagens sobre a questão

da técnica, sobre como devemos abordá-la em estudos de natureza geográfica.

Para o autor, não há separação entre meio técnico e meio geográfico, uma vez que a técnica, por si só, consiste num meio, uma possibilidade, que apenas torna-se real num determinado espaço. Nestas abordagens, o território possui um importante papel, torna-se um ator social, produtor e produto do trabalho.

O modo como cada espaço vai absorver uma nova técnica será particular, podendo ser a absorção total ou parcial, fruto de uma série de características sociais e históricas inerentes aquele lugar onde irá se encaixar, de sua formação sócio espacial. Esse deverá ser o caminho, portanto, de estudos de natureza geográfica, não apenas descrever o surgimento de um fenômeno técnico.

A apropriação de uma técnica, surgida para atender aos interesses de agentes hegemônicos da chamada globalização por outros atores sociais foi o que tornou possível o movimento social em rede enfocado em meu estudo.

Trata-se de um movimento social em rede, “Rede Brasil de Socioeconomiasolidária” composto por cooperativas autogestionárias, associações dos mais diversos ramos da sociedade civil, organizações não governamentais, incubadoras de cooperativas, centrais de comercialização e redes locais, que se encontram integradas à redes regionais, nacionais e, até mesmo, internacionais, através da internet (ARRUDA, 1996). Nesse caso, uma técnica que, em mãos de outros atores (nada hegemônicos), adquire um novo uso político.

Os objetos técnicos somente se tornam realidade através de atores que, ao fazer uso desses objetos técnicos, carregam-lhes de significado(SANTOS, 2002;p.63).

O espaço geográfico onde esse determinado grupo de atores vai fazer uso dessa técnica é o maior interesse da ciência geográfica, onde um outro fator, não menos importante, merece atenção: a assimilação total ou parcial desses sistemas de objetos.

“Diferentes sistemas técnicos formam uma situação e são uma existência num lugar dado, para entender como, a partir desse substrato, as ações humanas se realizam.” (SANTOS, 2002; p.42). O

autor ressalta ainda o fato de que técnicas passadas podem tanto auxiliar, quanto dificultar a ação do novo e que o uso do território será sempre um híbrido da técnica com a política.

A globalização, um período?

Na conclusão de seu livro Milton Santos (2002) afirma ser o espaço uma dialética entre ordem global e local, onde as duas lógicas se sobrepõem e se opõem ao mesmo tempo.

Podemos pensar nessa lógica observando os diferentes lugares do espaço mundial. Na escala de lugar, entendemos que a chamada globalização não pode ser um momento para todos os pontos do território. Mesmo dentro do Estado Nação alguns lugares sempre recebem maiores investimentos, mesmo com a possibilidade apontada com o advento da internet de ser possível uma descentralização das atividades produtivas, sabemos que as áreas centrais do território nacional fortalecem ainda mais sua condição de centros de decisão, já que a lógica do capital aproveita-se da infra-estrutura pré-existente.

Desde os anos 70, um novo modo de produção surge, em resposta à crise do fordismo. A chamada produção flexível dá lugar à antiga grande fábrica do fordismo, criando também uma nova geografia industrial, que tem como base material a fluidez do meio técnico-científico informacional. A fluidez do espaço, que dá origem às redes, foi criada para atender aos interesses do grande capital. Como a modernização não está disponível para todos os atores, acaba gerando subespaços e desordem, facilmente observáveis, sobretudo nas grandes metrópoles (SANTOS, 2002; p. 240). Como no estudo de Maria Laura Silveira sobre a cidade de São Paulo (SILVEIRA, 2004).

Esse novo modo de produção, a produção flexível, tem algumas características principais, como: a automação da linha de montagem, maior controle de qualidade, em detrimento à economia de escala, com produção mais variada, e a transferência de unidades fabris que ainda exigem produção em massa, com uso intensivo de mão-de-obra para países em desenvolvimento, onde os salários, encargos trabalhistas e leis ambientais são menos rígidos, diminuindo o custo da produção. O crescimento da relação entre firmas e, destas com firmas de subcontratação também podem ser ressaltados como características do pós-fordismo.

No Nordeste brasileiro, grandes indústrias pós-fordistas são atraídas pelo baixo custo de instalação para cidades que possuem facilidade de escoamento de seus produtos para o mercado exportador, em busca de incentivos fiscais concedidos por governos neoliberais. Tais incentivos, são concedidos mediante promessa de geração de emprego e renda, o que, conseqüentemente, acaba fomentando a economia local (LIMA, 2000).

Na prática sabemos que a grande fábrica pós-fordista “terceiriza” as partes da produção que demandam uso intensivo de mão-de-obra, tendo como finalidade a diminuição dos custos, uma vez que se trata de uma empresa capitalista.

A flexibilização produtiva no nordeste brasileiro significa que temos, no mesmo espaço, a moderna empresa pós-fordista, exemplo de inovação tecnológica, com suas modernas relações de trabalho, lado a lado com pequenas fábricas, falsamente intituladas cooperativas, onde a terceirização mantém as mais precárias e arcaicas relações trabalhistas. Nessas “cooperativas” o fordismo ainda existe, ajudando a compor as chamadas cadeias estratégicas da inovadora produção flexível (LIMA;2000).

Milton Santos nos explica esse fenômeno, onde as mudanças, fruto das inovações geradas por uma sociedade, não são imediatas. As formas pertencentes a períodos anteriores são herança e condição para que esta sociedade possa fazer uso das inovações. O trabalho morto e o trabalho vivo coexistem no espaço geográfico (SANTOS, 2002; p.43).

Mas é também no lugar que, através das dificuldades e crises, surgem as possibilidades. Um acontecer solidário, com problemas em comum, pode gerar uma solidariedade organizada, como no caso estudado.

A própria rede mundial de computadores, que faz circular as informações e torna reais os circuitos espaciais de produção das grandes empresas globais, tornou possível a organização em rede desse importante movimento social, ou seja, soluções locais

interligadas a uma rede nacional que recebe fomentos inclusive de ONGs estrangeiras, numa outra globalização, mais humana e solidária.

A divisão territorial do trabalho na metrópole

Em estudos sobre a divisão territorial do trabalho podemos entender como a “promessa da técnica” se realizou no espaço.

Ao longo do tempo surgem diversas divisões do trabalho, a cada uma poderíamos associar um motor. Na atual divisão do trabalho os motores são, inegavelmente, a informação e as finanças.

Milton Santos propõe o termo “meio técnico-científico-informacional” para designar o espaço geográfico no estágio atual de desenvolvimento (SANTOS, 2002,p.240).A globalização e sua densidade técnica não se distribuem de forma homogênea e o espaço mundial apresenta hoje diferentes densidades técnicas, gerando com isso uma hierarquização dos lugares.

Logo, nem todos os pontos do território vão contribuir com o trabalho moderno, ou seja, principalmente nas grandes metrópoles, não há uma divisão do trabalho uniforme, mas sim várias divisões do trabalho sobrepostas.

“As cidades e na economia mundial”, obra de Saskia Sassen, considerada a precursora dos estudos sobre as cidades globais, levanta a questão de que nem todos os empregos gerados pela chamada globalização são destinados a profissionais altamente especializados. Contudo, a baixa remuneração dos empregos que não exigem tamanha qualificação, em detrimento aos outros acaba gerando, segundo a autora (1998;p.18),novas desigualdades inter e intra-urbanas.

Tanto o trabalho moderno quanto o trabalho baseado em formas herdadas do passado existem e contribuem para o funcionamento da economia das cidades, “A cidade é como um todo, em permanente movimento” (SILVEIRA,2004).

A cidade é uma totalidade, mas assim como gera complementaridades, gera também conflitos, segrega. Portanto, abordagens sobre a cidade devem conter em si seus aspectos contraditórios, considerando as coexistências de divisões territoriais do trabalho(SILVEIRA,2004). Mesmo nas denominadas metrópoles

globais, há o papel do trabalho não especializado, destinado aos mais pobres, aos atores não hegemônicos. Essas atividades constituem o “circuito inferior da economia”, fruto da exclusão, fragmentação gerada por uma nova divisão territorial do trabalho, com a chegada de um novo padrão técnico, a modernização excludente, a dialética da cidade.

Aos atores não hegemônicos cabe acatar as decisões do circuito superior da economia e se “encaixar” no sistema como puder, pois, como apregoa a sabedoria popular, na cidade pode faltar emprego, mas sempre existe o trabalho.

O trabalho no circuito inferior, apesar de mal remunerado, intenso, sem garantias em lei, acaba garantindo a reprodução da existência desse grupo de trabalhadores que, a cada nova reestruturação produtiva, está fadado ao desemprego estrutural(SILVEIRA,2004;p.68).

Quando um indivíduo, ou um grupo de atores não se encaixa à forma imposta surgem as inovações, surge o empreendedor .

No lugar, sujeito a finalidades impostas de fora, de cima, surge também a contrafinalidade, o novo, a descoberta. É o espaço das possibilidades, do não conformismo, da revolta(SANTOS, 2002;p.286).

A Economia Solidária.

Os trabalhos que abordam o fenômeno da economia solidária são mais comuns no continente europeu, onde são mais antigas as experiências a serem estudadas.

Em artigo publicado na França, o pesquisador Daniel Vallat defende a idéia de que a economia solidária surge como uma alternativa para aqueles que, vítimas do desemprego conjuntural, ou estrutural, estariam fadados à “precarização” do trabalho, típica do circuito inferior da economia (SILVEIRA,2004;p.68).

Ao perder o emprego, o trabalhador perde também as relações sociais, a pobreza acaba levando-o ao isolamento(VALLAT,2002;p.53).

O autor explica sua afirmação ao afirmar que, para participar da vida social, é necessário possuir recursos, consumir, para conviver e continuar informado sobre as oportunidades, por exemplo.

Citando Emile Durkheim, em sua obra “De la division du travail social”, segundo o qual, nas sociedades governadas pelo princípio da divisão do trabalho, a solidariedade é orgânica, explica que, a base dessas sociedades é a diferenciação entre os homens. Os homens são interdependentes nessas sociedades, justamente pelo fato de serem diferentes. A atividade que cada uma exerce o distingue dos outros indivíduos e cada indivíduo faria parte de um todo (DURKHEIM, *apud*: VALLAT, 2002).

Vallat(2002; p.63) defende uma análise do fenômeno da exclusão social como um efeito da perda da condição de assalariado, principal condição para a integração social.

Apesar de tudo, segundo o mesmo autor, uma forma de trabalho no circuito inferior pode ser um trampolim para uma reintegração futura mais completa, como acontece com os trabalhadores que se inserem nas pequenas empresas ligadas à economia solidária.

A economia solidária, ou pequena economia, como prefere o autor, funcionaria como um estágio intermediário, uma alternativa à precarização ou à exclusão geradas pelo desemprego.

O autor destaca o princípio da solidariedade, bastante difundido na “pequena economia”, o que daria ao trabalhador além de uma nova chance de inserção social, maior desenvolvimento pessoal e a busca por relações interpessoais mais humanas.

Conseqüentemente, os sistemas de trocas locais são constituídos segundo uma lógica de proximidade, que vai contra as relações de mercado tradicionalmente conhecidas, substituídas por novas formas de relações interpessoais.

A Economia Solidária no Brasil.

No Brasil, a economia solidária também vem se expandindo e atraindo, com isso, teóricos das mais diversas áreas desenvolvem estudos sobre o tema.

Em nosso país a economia solidária adota como objetivo o atendimento às necessidades básicas de cada membro da sociedade.

A exemplo das revoluções de 70 e 80, são atores sociais fora das estruturas convencionais, como seriam os partidos e sindicatos, que vão impulsionar a economia solidária(SADER; 1998). As experiências nascem em igrejas, nos assentamentos e centros comunitários, mas tudo com uma base política.

Segundo Paul Singer, um dos maiores estudiosos sobre o tema, a economia solidária surge no Brasil como resposta à crise de 81/83, que levou muitas das grandes empresas em nosso país a pedirem concordata(SINGER, 2002;p.87).

O processo teve continuidade durante as décadas de 80 e 90, conhecidas como décadas perdidas para os estudos de economia.

Para preservar seus postos de trabalho, os trabalhadores, representados por seus sindicatos, intervinham perante a justiça, visando a formação de uma associação de empregados que assumem a massa falida das empresas, dando origem às primeiras cooperativas autogestionárias.

O mesmo processo acontece em várias empresas e surgem outras cooperativas autogestionárias, até que, em 1994 realiza-se em São Paulo o Primeiro Encontro dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão”.

Nesse encontro surge a ANTEAG, a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de autogestão e Participação Acionária, entidade criada com o objetivo de apoio aos trabalhadores na luta pela preservação de seus empregos, mas também para assessorar as nascentes empresas solidárias(SINGER, 2002;p.89).

Definem-se como um movimento da sociedade, uma revolução dos pequenos trabalhadores e donas de casa, dos desempregados, que afirmam procurar o verdadeiro sentido da palavra economia(eco/oikos =casa; nomia = gestão, do grego).Essa casa, a qual o termo se refere,

segundo os mesmos, pode ser tanto a própria casa, mas também o estado, região, país, quem sabe o mundo? (“O Girassol”;2001).

Para tanto, é ressaltada a importância de que os meios de produção, comercialização e crédito sejam propriedade dos trabalhadores e trabalhadoras.

O consumo, a outra ponta dessa cadeia produtiva, também deve ter um novo sentido nesse movimento social. A busca do bem estar dos consumidores deve ser o objetivo, segundo os mesmos, e não o lucro, somente.

Em outro livro “Autogestão como resposta ao desemprego” Paul Singer(2000) nos mostra que muitos trabalhadores conseguem se reinserir à sociedade ao tornarem-se cooperativados nas empresas ligadas à economia solidária.

Dessa forma, a economia solidária parece conseguir alcançar seus principais objetivos, garantir a reprodução da vida de famílias e comunidades antes fadadas à “exclusão social” gerada pelo desemprego.

A gênese da Rede Brasil de Sócioeconomia Solidária.

O termo socioeconomia solidária é proposto para pregar uma submissão da economia à sociedade, e não ao contrário, como hoje acontece.

Após uma série de encontros, em inúmeros eventos por todo o Brasil que visavam difundir os princípios da socioeconomia solidária, elabora-se uma espécie de manifesto, denominado “Carta de Mendes”, que lança as bases desse movimento social.

O nome vem da cidade de Mendes, no estado do Rio de Janeiro, onde aconteceu o encontro onde o manifesto foi elaborado, por cerca de 80 pessoas, entre os dias 11 e 18 de junho de 2000.

O texto começa definindo, em linhas gerais, os participantes do movimento. São homens e mulheres, de diversas categorias profissionais, dos meios urbano e rural, cooperativas, associações e entidades dos mais diversos stores da sociedade, além de participantes de outros países, da América Latina e Europa.

Ainda em sua fase embrionária, o movimento assume um caráter de rede, articulando-se a outras redes solidárias, como diz a carta, na busca por "...transformar e humanizar as relações sociais, nas esferas local, nacional e global."(Carta de Mendes; 2000)

Na carta há ainda a proposta de uma crítica veemente ao capitalismo neoliberal, que, segundo os mesmos, exige a crescente aceleração na produção de bens materiais, concentrando ainda mais a riqueza, pois apenas os grandes capitalistas seriam capazes de alcançar tal ritmo.

Como resultado, a superpopulação das cidades, via êxodo rural, que acontece em consequência das inovações tecnológicas no campo.

A política de Estado também é apontada como difusora da economia neoliberal, pois suas poucas intervenções buscam a inserção do país na economia global, numa lógica de crescimento econômico, em detrimento ao desenvolvimento humano e sustentável. A fome e a violência também são apontadas como resultado da "cultura da competição", que tem por princípio a exclusão, segundo o manifesto.

A "RBSES" foi criada com o objetivo de buscar "uma outra globalização", fundada na cultura da cooperação e na ética da solidariedade, com maior participação de todos os cidadãos na "gestão dos meios" para um desenvolvimento pessoal e coletivo.

Essa busca pelo desenvolvimento humano deve ser feita em diversas escalas, da micro à macro, do local ao global, razão pela qual seus membros consideram simplório o ato de denominá-lo como um movimento anti-globalização.

O crédito solidário, assume o compromisso de promover a cultura da cooperação e da solidariedade, bases do movimento, para que a autogestão seja uma prática comum nos empreendimentos, fundamental para a efetiva prática da democracia, como afirma a Carta de Mendes.

Logo, a solidariedade deve ser a base de toda a cadeia produtiva, desde a produção até o consumo, passando pela comercialização, até o consumo, assim como a tecnologia, o crédito e todos os fomentos necessários aos empreendimentos.

O aspecto de rede é reafirmado no trecho final do manifesto, numa analogia à teia, onde outras teias podem e devem ser acopladas, tornando a “tecitura” cada vez mais forte e solidária.

A “Carta de Mendes” foi amplamente divulgada durante o “Fórum Social Mundial” de 2001, em Porto Alegre, como proposta para a criação de uma Rede Global de Sócioeconomia Solidária”.

Nos empreendimentos ligados à “Rede Brasil de Socioeconomia Solidária”, as empresas costumam trabalhar justamente com o que denominam as sobras do capitalismo. São cooperativas formadas por trabalhadores desempregados de indústrias falidas, por exemplo, que assumem o patrimônio material dessas indústrias em troca de dívidas trabalhistas, para geração de emprego e renda (SINGER, 2000;p.125).

Contando com o auxílio de incubadoras universitárias, ONGs e de uma ala menos conservadora da Igreja Católica, a economia solidária pretende ser mais que uma alternativa de trabalho aos desempregados, pretende “provocar revoluções locais que mudam o relacionamento entre os cooperadores, desses com a família, vizinhos, autoridades religiosas, intelectuais, etc...” buscando a transformação do social a partir do lugar, a exemplo do que aconteceu em São Paulo, com o Movimento Viva, descrito no livro de Ana Fani (CARLOS, 2001).

Voltando ao geógrafo Milton Santos (2002, p.140), esse grupo de atores se apropriou do que pareciam apenas sobras, formas ou restos de divisões do trabalho passadas e encontrou nelas uma forma de garantir sua existência, numa combinação tão única quanto inovadora.

As soluções, entretanto, partem do lugar, para se conectar ao nacional e ao global, a exemplo das grandes empresas capitalistas e seus círculos de cooperação. Como, por exemplo, a COOPE (Cooperativa Mista de Produção Industrial, Trabalho e Consumo) em Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, que mantém atividades de metalurgia, marcenaria, serralheria e artesanato, promovendo oficinas

aos jovens dos bairros carentes da cidade e gerando 22 empregos diretos desde 1987. Outro exemplo é a CETRA (Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador), localizada em Fortaleza, Ceará, uma ONG sem fins lucrativos fundada em 1981, com o objetivo de assessorar trabalhadores em relação aos seus direitos e em processos de organização social e política, elaborando, por exemplo, planos de desenvolvimento sustentável nos assentamentos, ajudando a melhorar as condições de produção agropecuária e sua comercialização. No Pará, um participante da rede é a EEP (Equipe de Educação Popular de Parauapebas), que presta assessoria aos pequenos produtores da região, auxiliando-os na organização na luta por melhorias nas condições de saúde e educação.

No Rio de Janeiro, merece atenção a Cooperativa habitacional e mista Shangri-lá, localizada no bairro de Jacarepaguá, que transformou uma antiga favela, em um condomínio de casas através do sistema de mutirão. O referido bairro seria um bom exemplo de subúrbio, distante do centro e carente de oportunidades, mas o caso torna-se ainda mais grave por tratar-se de uma “favela”, um espaço totalmente carente de qualquer infra-estrutura urbana.

Mas a luta pelo progresso individual e as dificuldades cotidianas não se tornaram, nesse caso, um obstáculo à capacidade criadora dessas pessoas, na luta pelo direito à cidade (LEFEBVRE, 1969).

O empreendimento hoje possui, além da cooperativa habitacional, uma fábrica de lajes, uma fábrica de chinelos e um refeitório popular, sendo também ligados à rede de solidariedade anteriormente citada.

A rede, portanto, reúne esses empreendimentos na busca por trocas de experiências, busca por mais possibilidades, na cooperação mútua, enfim, aumentando ainda mais as chances de sucesso para esses inovadores, que não se encaixaram na economia tradicional.

Prova disso é o fato de que a construção das casas da cooperativa habitacional se tornou possível graças ao financiamento cedido por uma ONG alemã, ou seja, uma organização que vai do local ao global, vencendo até mesmo a distância física na busca por melhores condições de vida (CLAVAL, *In*: CORRÊA & ROSENDAHL, 1999;p 73).

Por uma globalização solidária.

No atual período, conhecido como globalização, a busca por alternativas econômicas torna-se ainda mais urgente. Apesar do discurso oficial, adotado pela mídia, políticos e intelectuais, de que não há alternativas ao capitalismo neoliberal, sabemos que "a realidade é um campo de possibilidades" (SOUSA SANTOS, 2002; p.25).

A crise no sistema capitalista acaba gerando oportunidades, ou inventando alternativas, o que permite a sobrevivência daqueles que se encontram às margens do capitalismo hegemônico, como explica Boaventura de Sousa Santos.

A proposta por uma globalização contra-hegemônica, exige a produção de uma nova consciência, baseada em princípios de igualdade, solidariedade e na proteção ao meio ambiente (SOUSA SANTOS, 2002; p.25).

O respeito a esses princípios pode dar origem a novas formas de gestão, traduzidas em regras como: distribuição mais equitativa dos frutos do trabalho (a palavra lucro é um termo indevido, próprio da produção capitalista), participação de todos na tomada de decisões, retiradas não fixadas previamente (dependendo das necessidades de cada membro) e deixar de lado a divisão do trabalho, com cada um contribuindo de acordo com suas capacidades.

Sendo assim, os princípios da solidariedade e da cooperação permeiam todas as fases da produção, prometendo transformações cada vez maiores e gerando novas "formas de sociabilidade e organização econômica não capitalista" (SOUSA SANTOS, 2002; p.31)

Considerações finais:

A investigação encontra-se em sua fase inicial, na próxima fase será necessária a utilização de dados quantitativos sobre os empreendimentos, assim como a observação participativa.

Com os dados, o trabalho pretende definir os círculos de cooperação, circuitos espaciais de produção e a aplicação dos princípios na prática das cooperativas.

Questão como a participação dos trabalhadores na gestão das empresas, retiradas diferenciadas, a participação em reuniões, congressos existentes deverão ser observadas.

A produção dessa consciência está mesmo acontecendo? Quem tem acesso aos recursos tecnológicos? Qual a participação dos trabalhadores da cooperativas na renda das famílias? São algumas das questões a serem respondidas.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Marcos (1996); “Globalização e sociedade civil: repensando o Brasil no contexto da cidadania ativa” ; Rio de Janeiro:Ed.: PACS.
- BAUDRILLARD, Jean (1991); “A sociedade de consumo” ; Lisboa: Ed.: Arte e Comunicação.
- BOURDIEU, Pierre (2001); “Contrafogos 2: Por um movimento social europeu” Trad.: André Telles; Rio de Janeiro: Ed.: Jorge Zahar.
- CARLOS, Ana Fani (2001); “Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana” ; São Paulo: Ed.: Contexto.
- CASTELLS, Manuel (2002); “ A sociedade em rede”; São Paulo: Ed.: Paz e Terra.
- LEFBVRE, Henry (1969); “O direito à cidade”; São Paulo: Ed.: Documentos.
- LIMA, Jacob(2000); “ A subcontratação em cooperativas de trabalho do Nordeste: descentralização produtiva e flexibilização das relações de trabalho”; In: Abreu, Alice(org.) “Produção flexível e novas institucionalidades na América Latina”; Rio de Janeiro; Ed. UFRJ.
- ORTEGA Y GASSET, José(1991); “Meditação sobre a técnica”Trad.: José Francisco P. de A. Oliveira. Rio de Janeiro; Ed. Liberal.
- RANDOLPH, Rainer(1994); “redes estratégicas de solidariedade e organização territorial: à procura de novas formas territoriais”; In: Cadernos IPPUR/UFRJ, Ano VIII, nº 1, abril 1994. ED. UFRJ;Rio de Janeiro.
- ROSENDHAL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs) (1999); “Geografia Cultural: passado, presente e futuro – uma introdução” IN : Manifestações da cultura no espaço.” ; Rio de Janeiro. Ed.: UERJ.
- SADER, Eder(1988); “Quandonovos personagens entraram em cena:experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970/80”; Rio de Janeiro; Ed.: Paz e Terra
- SANTOS, Milton (2002); “A natureza do espaço”; São Paulo: Ed.:USP.
- SASSEN, S.(1998); “As cidades na economia mundial” ; São Paulo: Ed.: Nobel.
- SINGER, Paul & SOUZA, André R.(Orgs.)(2000). “A economia solidária no Brasil:Autogestão como resposta ao desemprego”. São Paulo: Ed.:Contexto.

SINGER, Paul(2002);"A recente ressurreição da economia solidária no Brasil" *In*: SOUSA SANTOS, Boaventura de (org.)"Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista." ; Rio de Janeiro;Ed.: Civilização Brasileira.

SILVEIRA, María Laura (2004); "São Paulo: Os dinamismos da pobreza" *In*:CARLOS, Ana Fani *et alli* (orgs.): "Geografias de São Paulo – Representação e crise da metrópole" ; São Paulo; Ed.: Contexto.

SOUSA SANTOS, Boaventura de(2002); "Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista"; Rio de Janeiro; Ed.: Civilização Brasileira.

VALLAT, David (2002); "Contre le chômage et l'exclusion, le dynamisme de la petite économie"; *In*: "Innovations, Cahiers d'économie de l'innovation", n.15; Paris; Ed.: L'Harmattan.

Periódico:

O GIRASSOL; Jornal da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária. Ano I janeiro/2001. Rio de Janeiro. Números 1, 2 e 3.